

Terras ilegais são a terça¹⁰⁴ parte de Brasília

Márcia Turcato

BRASÍLIA — Lotes urbanos e propriedades rurais com documentos falsos ou em situação irregular ocupam um terço das terras do Distrito Federal, o equivalente a 1.923,6 km² dos 5.771 km² que formam a capital do país. A área cujas condições desrespeitam a legislação é quatro vezes maior que a do município de Porto Alegre e duas vezes superior à de Goiânia.

As irregularidades começaram há 29 anos, com a mudança da capital federal do Rio para a região Centro-Oeste, e envolvem de bóias-frias ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral, passando por parlamentares. A disputa pela terra é o maior problema enfrentado hoje pela Terracap - órgão que executa a política imobiliária em Brasília.

Entre os 284 processos de conhecimento da Terracap que reivindicam posse de terra no Distrito Federal, através de sentença judicial, destaca-se o do advogado Francisco Imperial, que acusa o desembargador Valtério Mendes Cardoso, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, de grilagem numa área limítrofe às Fazendas Lajes, Dois Irmãos e Rodeador, na cidade-satélite de Taguatinga, divisa com Goiás. A disputa pelos mais de 2 mil hectares de terras nessa área, iniciou-se há 27 anos, com outros advogados e outros supostos proprietários. Já houve sentença, apresentação de recurso, de instrumento de agravo e outros artifícios jurídicos. Hoje o processo corre na 1ª Vara da Fazenda Pública, em Brasília. Nesse período, Francisco Imperial passou de advogado dos seus clientes a suposto proprietário da área em litígio, e a antiga titular da ação, Lígia de Sousa e Oliveira Lima, que morava em São Paulo, morreu com meningite a 21 de junho de 1988, conforme certidão de óbito do cartório paulistano de Cerqueiro César.

A disputa ganhou contorno de novela nos últimos dias, quando o advogado Francisco Imperial, suposto proprietário da Fazenda Dois Irmãos, perdeu na 1ª Vara da Justiça Federal mais uma ação sobre a posse da terra. O juiz Vicente Leal de Araújo entendeu que a área reivindicada pertencia à União, em sentença datada em 27 de março deste ano, mesmo dia em que foi promovido ao Tribunal Regional Federal. O advogado Imperial, consultando as peças do processo, suspeitou que o juiz, na realidade, deu a sentença quando já havia sido promovido, estando por isso mesmo impedido. Pondo em dúvida a honestidade do juiz, Imperial apresentou uma petição à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção do Distrito Federal, acusando-o de crime de responsabilidade.

— Está claro que o juiz antedatou a sentença para favorecer o seu amigo, o desembargador Valtério. O presidente do Tribunal Regional Eleitoral seria o pivô da fraude, de acordo com o advogado.

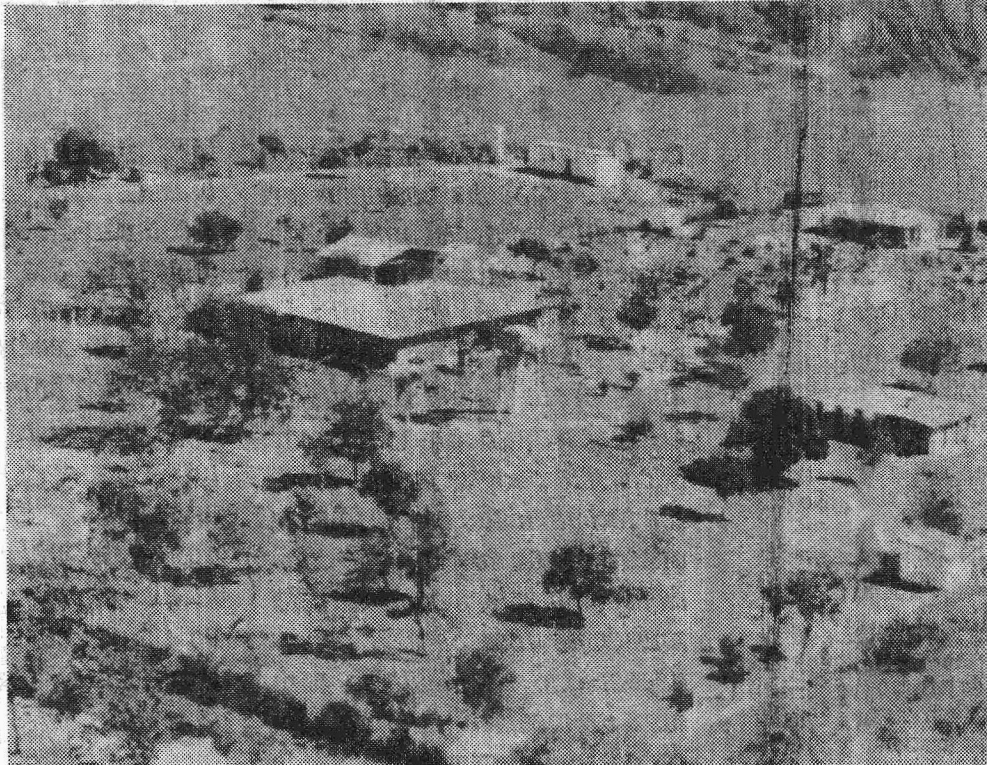
Na esteira das acusações, há suspeitas sobre a forma pela qual o advogado passou a proprietário da Fazenda Dois Irmãos, que seria do ex-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo Alberto Lima, morto em 1970. Dos 11 herdeiros da fazenda, que lhe passaram uma procuração, sete estão mortos. Entre os vivos, um dos filhos da falecida mulher de Alberto assinou procuração para o filho do advogado Francisco Imperial, Marcelo. Com esse documento, Imperial escriturou a Dois Irmãos no cartório de registro de imóveis de Alexânis (GO), às folhas de 167 a 171, livro 28. A atitude do advogado é conhecida como grilagem - a obtenção de um documento legal a partir de outros, falsos ou forjados.

O desembargador Valtério Mendes Cardoso, que evita falar na briga por sua condição de presidente do tribunal, afirmou que só é dono de uma nona parte da Fazenda Lajes, estimada em 700 hectares, e com registro de 1979. Para provar a posse da área, o desembargador anexou ao processo o registro paroquial da fazenda goiana no século passado, feito pelo vigário Delfino Machado de Faria a 15 de setembro de 1858 e reconhecido como autêntico.

— A União já propôs uma ação discriminatória da região. Estamos aguardando — afirmou o desembargador, que não é autor nem réu em nenhum dos processos, apesar das várias acusações que lhe faz o advogado Imperial.

Se a irregularidade contra o desembargador for confirmada, a OAB, cuja seção regional recebeu petição do advogado Imperial, poderá encaminhar a questão ao Conselho da Magistratura, que tem competência para apurar faltas cometidas por magistrados.

Brasília — Fotos de Moreira Mariz



Mansão de um senador em loteamento irregular no nobre Lago Norte



Um verdadeiro castelo da Baviera foi construído em terra pública